

## **Novo Ensino Médio: desafios e expectativas**

**New High School: challenges and expectations**

**Nueva Escuela Secundaria: retos y expectativas**

Eliane Ricarte Rodrigues<sup>1</sup>  
Geremias Dourado da Cunha<sup>2</sup>  
George Saliba Manske<sup>3</sup>

### **Resumo**

A proposta intitulada como Novo Ensino Médio foi apresentada, em tempo recorde, como solução a um ensino médio classificado como sucateado e arcaico. Ela não passou por consulta pública suficiente, deixando especialistas, gestores e professores preocupados com sua implantação, gerando questionamentos como o que esperar de um modelo que não considera as particularidades de um país de tantas diferenças? Sendo assim, buscou-se com este trabalho discutir sobre o Novo Ensino Médio (NEM) elencando as mudanças, desafios e restrições que gestores, professores e alunos encontrarão com a implantação deste modelo de ensino. O percurso metodológico se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica com base em autores como Meneses (1999), Cury (2002), Cardoso e Lima (2018), Cássio e Catelli Jr. (2019), Sales; Oliveira (2022), além de analisar documentos normativos da educação brasileira com abordagem qualitativa. Por meio dos resultados, nota-se o NEM como um modelo neoliberal que poderá apresentar diversas implicações, desde a execução de itinerários formativos à disponibilidade de profissionais capacitados. Alguns detalhes ainda não estão bem claros, como os mecanismos que as universidades adotarão para atender o § 16, do Art. 26, que sugere que os conteúdos cursados durante o ensino médio poderão ser convalidados para aproveitamento de créditos no ensino superior. Assim, muitos desafios virão para gestores, professores e alunos, sendo necessário mais estudo nesta área de pesquisa.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio. Formação docente. Ambiente Escolar.

### **Abstract**

The proposal entitled New Secondary Education was presented, in record time, as a solution to a secondary education classified as scrapped and archaic. It has not gone through enough public consultation, leaving specialists, managers and professors concerned with its

---

<sup>1</sup> Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Itajaí/SC, Brasil. E-mail: [eliane\\_ricarte@gmail.com](mailto:eliane_ricarte@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3929-9489>

<sup>2</sup> Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Itajaí/SC, Brasil. E-mail: [geremiasdarwin@gmail.com](mailto:geremiasdarwin@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3172-5536>

<sup>3</sup> Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Itajaí/SC, Brasil. E-mail: [georgesaliba\\_saliba@gmail.com](mailto:georgesaliba_saliba@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0117-7927>

implementation, raising questions such as what to expect from a model that does not consider the particularities of a country with so many differences? Therefore, this work sought to discuss the New Middle School (NEM) listing the changes, challenges and restrictions that managers, teachers and students will encounter with the implementation of this teaching model. The methodological route took place through a bibliographical research based on authors such as Meneses (1999), Cury (2002), Cardoso and Lima (2018), Cássio and Catelli Jr. (2019), Sales; Oliveira (2022), in addition to analyzing normative documents of Brazilian education with a qualitative approach. Through the results, the NEM can be seen as a neoliberal model that may have several implications, from the execution of training itineraries to the availability of trained professionals. Some details are still not clear, such as the mechanisms that universities will adopt to comply with § 16 of Art. 26, which suggests that the contents studied during secondary education can be validated for use in higher education credits. Thus, many challenges will come to managers, teachers and students, requiring more study in this area of research.

**Keywords:** New High School. Teacher training. School environment.

### **Resumen**

La propuesta titulada Nueva Educación Secundaria se presentó, en tiempo récord, como solución a una educación secundaria catalogada como chatarra y arcaica. No ha pasado por suficiente consulta pública, dejando a especialistas, directivos y profesores preocupados por su implementación, planteando interrogantes como ¿qué esperar de un modelo que no considera las particularidades de un país con tantas diferencias? Por lo tanto, este trabajo buscó discutir la Nueva Escuela Media (NEM) enumerando los cambios, desafíos y restricciones que los administradores, profesores y estudiantes encontrarán con la implementación de este modelo de enseñanza. El recorrido metodológico se realizó a través de una investigación bibliográfica sustentada en autores como Meneses (1999), Cury (2002), Cardoso y Lima (2018), Cássio y Catelli Jr. (2019), Ventas; Oliveira (2022), además de analizar documentos normativos de la educación brasileña con enfoque cualitativo. A través de los resultados, la NEM puede ser vista como un modelo neoliberal que puede tener varias implicaciones, desde la ejecución de itinerarios formativos hasta la disponibilidad de profesionales capacitados. Algunos detalles aún no están claros, como los mecanismos que adoptarán las universidades para cumplir con el § 16 del art. 26, lo que sugiere que los contenidos estudiados durante la secundaria pueden ser validados para su uso en créditos de educación superior. Así, vendrán muchos desafíos para directivos, docentes y estudiantes, requiriendo más estudio en esta área de investigación.

**Palabras clave:** Nueva Escuela Secundaria. Formación de profesores. Ambiente escolar.

## **Introdução**

A proposta intitulada como Novo Ensino Médio trouxe consigo a ideia de realizar ações catalisadoras à formação técnica para alunos do Ensino Médio e o fomento à escola em tempo integral. Esta reforma foi imposta por meio de uma Média Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.415 de 2017, que institui sem debates com professores, alunos, especialistas ou sociedade em geral, e desde então muitos debates e discussões sobre o tema tem sido realizado o que levou o Ministério da Educação abrir uma Consulta Pública para Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio, instituída pela Portaria nº 399/2023.

Esta proposta de maneira arbitrária e sem reconhecer as realidades múltiplas e profundas adversidades do sistema nacional de educação, trazendo dificuldades a gestores com escolas sucateadas e de professores, que em sua maioria ainda são carentes de informações e formação profissional em face ao NEM e trazem consigo repletas interrogações sobre como saber se o que estão fazendo é o correto, e como lidar com esta mudança brusca que vai desde o ensinar interdisciplinarmente ao estar em disciplinas de pouca afinidade.

Ela deixa claro o fato da política brasileira estar cada vez mais articulada à necessidade de qualificação de trabalhadores para as novas organizações de trabalhos produtivos e não para a formação integral, ou seja, incluindo neste aspecto o social. Assim, ela está estruturada em um conjunto de novas exigências impostas aos trabalhadores organicamente vinculadas ao discurso da necessidade de formar uma nova força de trabalho qualificado, objetivando novas formas de controle da força de trabalho pelo capital (SANTOS; MARTINS, 2021).

Durante sua elaboração, não foi considerado a heterogeneidade entre Regiões, Estados e escolas em todo o Brasil, não apresentam homogeneidade nas condições, o que dificultará na obtenção de resultados significativos ou que atendam as exigências do NEM. Neste sentido, esta pesquisa se centraliza nas principais mudanças no NEM e os desafios que gestores, professores e alunos terão com a implantação deste modelo. Pois não basta pensar ou estabelecer um período para implantação, uma as escolas já registram situações complicadas, como falta de professores capacitados, oferta de espaços interativos para desenvolver aulas com maior interatividade.

Assim, com o intuito de questionar se esta proposta foi pensada nas particularidades das escolas públicas brasileiras e problematizá-la a partir das contribuições de alguns autores que discutem a temática no contexto educacional brasileiro, esse artigo foi construído com

base nas seguintes questões: como foi o caminho percorrido pelo ensino médio até chegar aos dias atuais? Quais são as mudanças? Quais são os principais desafios que os gestores escolares encontraram na implantação do NEM? Deste modo, nosso objetivo busca compreender melhor a dinâmica do NEM, tendo como reflexo as discussões e dificuldades que as escolas enfrentam na implantação deste modelo.

### **Breve histórico da educação em nível médio o Brasil**

A educação Brasileira sempre foi pauta de estudos e questionamentos em diversos períodos históricos que vão desde a chegada dos jesuítas até a atualidade. Grandes mudanças são notáveis, mas a busca por uma educação de qualidade é constante e ainda precisa ser estudada. Muitas políticas foram e são implementadas a fim de diminuir as desigualdades e garantir que todos tenham condições de acesso nas palavras de Ney (2008, p. 33) podemos dizer que “a primeira política educacional no Brasil é a empreendida pelos jesuítas de 1549 até 1759”. De acordo com o mesmo autor, o ensino era de caráter humanístico e tinha o objetivo da organização cultural e social baseada na catequese. Por ser de cunho religioso, o ensino ministrado pelos jesuítas era bem rigoroso e foi estremecido pela interferência de Pombal, que tinha o intuito de transformar o Brasil em uma metrópole e alegava que o ensino jesuítico já não era suficiente para atender tal política. De acordo Ney (2008, p. 35), “a Reforma Pombalina de educação não teve muito efeito no Brasil, porém foi de grande valia, pois a partir desse momento o Estado assume a centralidade do processo educacional”.

Outras mudanças ocorreram até a independência, período em que se atribuía a responsabilidade do ensino básico às províncias e a corte era responsável apenas pelo ensino superior, de lá para cá muitos assuntos relacionados ao ensino foi alterado. Com a promulgação da primeira Constituição federal em 1891 houve a descentralização do ensino que facultava aos Estados “o direito de criar e manter escolas de todos os níveis e modalidades de ensino e de legislar sobre elas” (MENESES, et. al. 1999, p. 77).

Por se tratar de uma política, a educação não poderia estar distante do mercado de trabalho, pelo contrário deveria alinhar-se a ele para a produção de mão de obra e fazer com que a economia do país pudesse se desenvolver e gerar lucros. Nesse sentido, começa a acontecer mudanças fundamentais no cenário educacional brasileiro como ressalta NEY (2008, p. 40) “A Revolução de 1930, corresponde à entrada do Brasil no mundo capitalista, daí implicando a necessidade da sua industrialização. Como consequência, a falta de mão de

obra especializada irá gerar investimento na educação”. Entre as principais mudanças podem ser citadas “[...]o mérito de estabelecer o currículo seriado, a frequência obrigatória, a divisão do curso em dois ciclos e a sua ampliação para sete anos” Meneses (1999, p. 88). Nesse cenário, a educação abre espaço para a democracia, é instituída a segunda constituição (1934) a qual, no artigo 149 assegura que “a educação é um direito de todos e deve ser ministrado pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país [...]”.

A divisão entre ensino primário (fundamental), com duração de quatro anos e secundário com duração de sete anos é ainda mais evidenciada com o decreto Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942. Com a regulamentação da Lei Orgânica do ensino secundário, se instaura definitivamente o ensino médio [...] a exposição de motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário dava a este ensino a função de “formar nos adolescentes uma sólida cultura geral” com o objetivo “de acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística”, para “à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo” (MENESES et al., 1999, p.92).

Apesar da ideia de o ensino secundário tentar abraçar toda a sociedade sem distinção ele ainda estava acontecendo de maneira fragmentada, separando os de poder aquisitivo maior da classe operária, a preparação para o ensino superior era destinada apenas a um público específico, enquanto o ensino profissionalizante e a preparação para o mercado de trabalho ainda estava sendo estruturado e direcionado para os alunos de classe baixa.

O marco mais importante para a difusão da educação como um direito de todos e para as determinações da função do ensino médio foi a LDBEM, conforme afirma Ney (2008) ela, desempenhou “[...] o papel de regulamentar, de disciplinar e de estabelecer os sistemas, as estruturas, os recursos para o desenvolvimento da educação, de acordo com a necessidade do País”, somada as determinações dessa lei, a CF de 1888 determina que o estado deva ofertar ensino médio gratuito aos concluintes do ensino fundamental.

Pode-se observar que essa etapa de ensino (ensino médio) passa por sucessivas mudanças e que essas ainda estão sendo estruturadas. Kuenzer salienta que: [...] a história do Ensino Médio no Brasil revela as dificuldades típicas de um nível de ensino que, por ser intermediário precisa dar respostas à ambiguidade gerada pela necessidade de ser ao mesmo

tempo, terminal e propedêutico. Embora tendo na dualidade estrutural a sua categoria fundante, as diversas concepções que vão se sucedendo ao longo do tempo, refletem a correlação de funções dominantes em cada época, a partir da etapa de desenvolvimento das forças produtivas. (2000A, p.13).

### **O novo Ensino Médio: principais mudanças e desafios da gestão**

O dualismo existente e em discussão sobre como formar o jovem do ensino médio (prepará-lo para o mercado de trabalho ou para prosseguimento nos estudos? ) ainda é evidente quando tratamos dessa modalidade de ensino, o que ocorre há anos. Como tentativa de minimizar essa dualidade podemos citar as políticas implementadas na década de 1990, ano que foi palco de reformas para o Ensino Médio, realizadas através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/96) e do Decreto nº 2.208/97 do Governo Federal, por meio de um novo modelo que preparava o aluno para a formação geral e o habilitava profissionalmente através de formações optativas e complementares. Porém isso não acontecia de forma unitária e o ensino ficava fragmentado.

O Decreto nº. 5.154/2004 de 23 de julho de 2004, revogou o Decreto nº 2.208/97, e afirmou que “a Educação Profissional Técnica de nível médio deveria ser “[...] desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio” (Cf. Artigo 4º), e que essa articulação deveria acontecer “[...] de forma integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio” (Cf. incisos I, II e III do § 1º do Artigo 4º).

Até a presente orientação da Constituição Federal a função do ensino médio sempre oscilou entre ofertar um ensino profissionalizado e possibilitar prosseguimento nos estudos (ensino superior). Outro marco que o aproximou do modelo vigente hoje, foi a implementação da LDB, nessa lei, novas atribuições são dadas ao ensino médio: a de aprofundar os conhecimentos obtidos no ensino fundamental e preparar para o mercado de trabalho. De acordo com Cury (2002), o ensino médio no Brasil possui como finalidade principal a formação do cidadão, e como complemento disso, a sua formação para o trabalho afim de desenvolver o exercício da cidadania. De acordo com a referida lei é finalidade do ensino médio

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser

capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Embora tenhamos saltado a história da difusão e implementação do ensino médio, principalmente pela brevidade do presente artigo, são notórias as mudanças ocorridas até a presente exposição. Em 2017, outra grande mudança ocorreu, como intuito de atender a Lei nº 13.415/2017. Essa lei altera a Lei de diretrizes e bases da educação nº 9394/1996, no inciso I e §§1º e 2º do art. 24; os §§2º, 5º, 7º e 10 do art. 26; e faz um acréscimo do art. 35-A; altera o art. 36, e o incisos de I a V e os §§1º, 3º, 5º e 6º, incisos I e II, §§7º, 8º, 9º e 10, incisos de I a VI e §12; e atribui o §3º ao art. 44; alterando os incisos IV e V do art. 61 e altera o art. 62. A carga horária que antes era de 80 horas passa a possuir 1400 horas anuais. De acordo com a referida lei

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Novos modelos de ensino foram sendo testados até chegarmos em uma real reforma do ensino médio possibilitada pela medida provisória n 746/2016 e concretizada pela lei 13.415 (BRASIL, 2022). O texto da nova lei apresenta significativas mudanças a primeira delas é o aumento progressivo da carga horária, que segundo Art. 24 § 1º dia;

A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 (BRASIL, 2022).

A ideia, na teoria, embora pareça uma possibilidade de melhorar os níveis de ensino dessa modalidade apresenta um grande desafio para os alunos que muitas vezes trabalham para ajudar no sustento da casa e para os gestores de escolas públicas que terão que orçar salas de aulas, contratar professores e principalmente reorganizar seus espaços, o que demanda tempo e dinheiro.

A distribuição da carga horária é a mudança mais notável na reforma do ensino médio, principalmente no que se refere aos itinerários formativos, que são “roteiros de estudos em

um plano de formação continuada e como percursos formativos que o estudante poderá cursar no interior de processos regulares de ensino, possibilitando sua qualificação para fins de exercício profissional e/ou prosseguimento de estudos” (BRASIL, 2010, p. 20). No total, segundo as normas deverão ser 800 horas dedicadas aos itinerários, enquanto as outras 600 deverão ser dedicadas a BNCC.

A LDB, traz o seguinte trecho sobre os itinerários formativos:

*Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:*

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2022)

O novo ensino médio possibilita ao aluno um protagonismo frente ao processo educacional, fazendo com que o aluno possa optar pela linha de conhecimento que deseja se aprofundar dentro das diferentes áreas do conhecimento. Ao ressaltar o protagonismo da escola em um tempo integral evidencia-se a possibilidade de um currículo flexível onde os alunos faz as escolhas a respeito de qual caminho trilhar nessa jornada rumo ao mercado de trabalho ou ao prosseguimento nos estudos. Inclusive essa ( a associação entre currículo base e preparação para o mercado de trabalho) sempre foi a preocupação central quando se fala em ensino médio, visto que se trata da ultima etapa da educação básica e para que isso aconteça há a defesa de uma escola em tempo integral capaz de atender a todas essas necessidade.

Por isso, de acordo com o MEC (2016)

O Novo Ensino Médio trata da oferta de uma alternativa de formação média de nível técnico e profissional. Nessa proposta, essa formação deverá ocorrer dentro do programa escolar regular, que hoje só é possível nas escolas de tempo integral. Com isso, será possível que os jovens continuem desenvolvendo as competências gerais que fazem parte da base comum e possam se dedicar a atividades de cunho mais prático e aplicado, desenvolvendo competências específicas em áreas profissionais, capacitando-se para o trabalho qualificado, e continuem os estudos em nível superior, em cursos tecnológicos e superiores, em uma etapa seguinte. (MEC, 2016)

A Iniciativa para evidenciar o protagonismo do aluno se deu por meio de um currículo baseado em uma análise dos alunos sobre qual habilidade ele possui e a partir de então centrar



os seus estudos, de certa forma, trata-se da junção da teoria e da prática em um processo de autoconhecimento por parte do aluno o que concede a ele a habilidade de experimentar e selecionar o que melhor faça sentido para seu futuro e que recebe o nome de “projeto de vida”. As aulas do projeto são estruturadas da seguinte forma:

- 1º ano: dedica-se ao eixo “O autoconhecimento, eu no mundo”, ao reconhecimento da importância dos valores, à existência de competências fundamentais que se relacionam e se integram etc.
- 2º ano: dedica-se ao eixo “O Futuro: os planos e as decisões”. Nessa etapa, os jovens documentam suas reflexões e tomadas de decisões no Guia Prático para a Elaboração do Projeto de vida.
- 3º ano: dedica-se ao Acompanhamento do seu Projeto de Vida. Os estudantes não recebem aulas estruturadas, mas se dedicam inteiramente à vida escolar e ao acompanhamento do seu Projeto de Vida, suas metas e objetivos estabelecidos no ano anterior. (CADERNOS ICE Componentes Curriculares, 2015, p.14)

É possível acreditar que por meio da oportunidade de escolha o aluno do ensino médio seja capaz e desenvolver sua autonomia e estreitar laços com a escola. Além do projeto de vida, outra mudança significativa no novo ensino médio é o estudo orientado. Ou seja, “um tempo qualificado destinado à realização de atividades pertinentes aos diversos estudos” Cadernos ICE Componentes Curriculares (2015, p. 30). Por meio do estudo orientado, “[...] o estudante aprende métodos, técnicas e procedimentos para organizar, planejar e executar os seus processos de estudo visando ao autodidatismo, à autonomia, à capacidade de auto-organização e de responsabilidade pessoal”. (CADERNOS ICE Componentes Curriculares, 2015, p.32). O principal objetivo do estudo orientado é “[...] instalar a rotina de organização e planejamento de estudos na vida dos estudantes pelo domínio de algumas competências. (CADERNOS ICE Componentes Curriculares, 2015, p. 32).

As propostas apresentadas para a implementação do novo ensino médio, evidenciam a necessidade de formação crítica do jovem, fazendo com que ele seja ativo em todo o processo educacional, desde a escola do que ou não estudar para a sua preparação enquanto ser humano e não apenas um receptor passivo frente as demandas sociais, por outro lado, há de se notar algumas dificuldades para que isso aconteça de forma a atender a todos evitando as desigualdades sociais. Algumas das dificuldades enfrentadas pelo novo ensino médio que vão muito além de organização de espaço e adequação do tempo. Segundo Melo e Leonardo (2019, p.2) há também as dificuldades relacionadas “a definição de seu currículo, recursos para sua manutenção e ampliação, formação de professores, qualidade do ensino, níveis de aprovação, distorção série/idade e evasão”.

De maneira geral a maior dificuldade dos gestores educacionais é a escolha dos professores para ministrar as aulas dos itinerários formativos, pois os mesmos precisam acima

de tudo compreender que as aulas precisam ir além de conteúdos disciplinarizado, tradicionalizado e sem ousadias. A escola precisa vender ao aluno a ideia de que o ensino médio é parte integrante dos seus objetivos, de seu projeto de vida futuro. E para isso é preciso criar uma condição entre o real e o desejado, mesmo que futuramente.

Outro aspecto a ser observado são as constantes indefinições de futuros postas pelos estudantes e suas comunidades que subvertem muitas normativas para as quais enxergam exclusão, bem como reconhecem as manipulações que os subestimam (SALES; OLIVEIRA, 2022). Notamos também que a maioria dos professores dispõe de carga horária extremamente acarretada, ou com uma elevada diversidade de disciplinas para planejar e preparar conteúdos diários. Isso impacta diretamente nos resultados de um trabalho conjunto, pois torna-se difícil o desenvolvimento de planejamento conjunto entre professores da mesma área de ensino.

E por fim, será de responsabilidade das escolas a contratação de profissionais com notório saber para ministrar aulas com formação técnica e profissional, caso a instituição deseja fornecer. Elencamos agora as principais diferenças entre o chamado Ensino Médio tradicional e o Novo Ensino Médio, observe o quadro 1.0 abaixo:

**Quadro 1.0** – Principais diferenças entre o Ensino Médio tradicional e o Novo Ensino Médio.

<b>Mudanças</b>	<b>Ensino Médio tradicional</b>	<b>Novo Ensino Médio</b>
<b>Carga horária</b>	Com base na LDB cada ano, mínimo de 800 horas aulas em pelo menos 200 dias letivo.	Ampliação progressiva da carga horária, sendo estipulado que, no Ensino Médio, 1800 horas são destinadas para parte comum da Base.
<b>Obrigatórias</b>	Ensino de arte, educação física era obrigatório na educação básica. Filosofia e sociologia nos três anos do ensino médio.	Português e matemática obrigatória para os três anos de ensino. O Inglês deve estar incluído no currículo. A BNCC incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.
<b>Língua estrangeira</b>	Oferecer a partir do sexto ano pelo menos uma língua estrangeira com possibilidade de escolher.	A Língua Inglesa passa a ser obrigatória. Ainda pode ser fornecida uma segunda língua, preferencialmente a Língua Espanhola.
<b>Professores</b>	Professores com diplomas em área pedagógica ou afim.	Fica permitido a contratação de profissionais com notório saber para “ministrar aulas” afins à sua formação.
<b>Vestibulares</b>	A seleção dos alunos era mais livre, sempre considerando as exigências do ensino médio.	Determina-se que os conteúdos estejam de acordo com o que está definido na BNCC.

Fonte: autores (2022).

Chama a atenção, das escolas onde as condições dos alunos são precárias, o tempo progressivo para cada ano letivo. Pois sabe-se que à medida que os alunos em condições carentes se aproximam do último ano de ensino, aumenta o índice de evasão, em virtude da procura por trabalho.

Em termos de Língua estrangeira é fundamental que o aluno tenha as duas opções, visto que elas podem contribuir não somente na formação profissional, mas também no engajamento profissional. A inserção da Língua espanhola pode representar um grande avanço, especialmente para aqueles que desejam buscar novas oportunidades no mercado exterior. A Língua espanhola é o idioma oficial em 21 nações e a segunda língua materna no planeta em número de falantes, depois do mandarim (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

Em termos de formação de professores, há estados brasileiros que ainda não tem um quadro completo de professores com formações específicas o que remete à aproximação ou afinidade de disciplinas para completar a carga horária em uma mesma instituição. Exemplos disso ocorrem na área de Ciências da Natureza, onde um único professor ministra aulas das três disciplinas. Neste sentido, Piffero et al (2020), salienta que há necessidade de uma formação de professores que os auxilie na melhoria de suas práticas em sala de aula e de a eles maior segurança em um aporte de subsídios que favoreça o engajamento dos docentes em propostas de ensino inovadora.

Para tanto, perspectiva, as escolas devem adaptar-se aos novos tempos, juntamente com seus professores, deixando de lado o foco no acúmulo de conteúdo para auxiliar o aluno em seu protagonismo na vida prática, tendo em vista que tal postura promove um processo de ensino-aprendizagem contextualizado com a realidade dos alunos, de maneira a envolvê-los no ambiente escolar (SOUZA, 2017).

Avançando mais nos desafios que as escolas enfrentarão, podemos destacar aqui uma destacamos também o distanciamento da identidade cultural do aluno para dar origem ao interesse profissional. Visto que este novo ensino busca preparar o aluno para o mercado de trabalho, de preferência na mais avançada condição possível.

### **As possíveis restrições do novo Ensino Médio**

Dentre as dificuldades que poderão ser encontradas no Novo Ensino Médio com o passar dos anos, além de professores com habilidades para trabalhar conteúdos de forma interdisciplinar e com o máximo de formação específica e aberta para outras áreas tem ainda a relação entre o tempo exigido pelas escolas e o tempo disponível de alunos, que dividem seu tempo entre trabalho e estudos.

Esta problemática na maioria das vezes resulta na evasão escolar, devido às dificuldades de conciliar estudos e trabalho. A evasão escolar é um problema de toda a sociedade, pois pode ocorrer de motivos internos ou externos à escola e que pode agravar ainda mais à medida que este novo ensino se consolide (FERREIRA; OLIVEIRA, 2020).

Desta forma, este modelo, com carga horária ampliada não considera que grande parte dos alunos contribui para renda familiar, sendo um trabalhador que dificilmente concluirá o curso neste novo formato proposto (SILVA; BOUTIN, 2018).

Na visão de Johrann (2012), a evasão decorre de um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. De maneira geral, este processo é visto como abandono, sem a intenção de voltar para escola, uma vez que não renovando a matrícula, rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola.

No Brasil, a taxa de abandono escolar vinha apresentando queda desde 2010. Em, 2020, cerca de 2,6% dos alunos matriculados no ensino médio das redes estaduais de ensino abandonaram a escola. Em 2021, este número dobrou chegando a 5,8%, um pouco acima da taxa de abandono de 2019 que foi de 5,5% (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2022).

Ainda não temos um extrato de 2022, com dados referentes à matrícula inicial e matrícula final, mas sabemos que este percentual pode ser ainda mais acrescido e gradativamente nos anos posteriores. Abaixo representamos um gráfico que merece destaque entre os períodos de 2010, que a presença maior percentual de abandono e o ano de 2020, que indica a redução máxima dos períodos observados e ao mesmo tempo o início de um aumento nos índices.

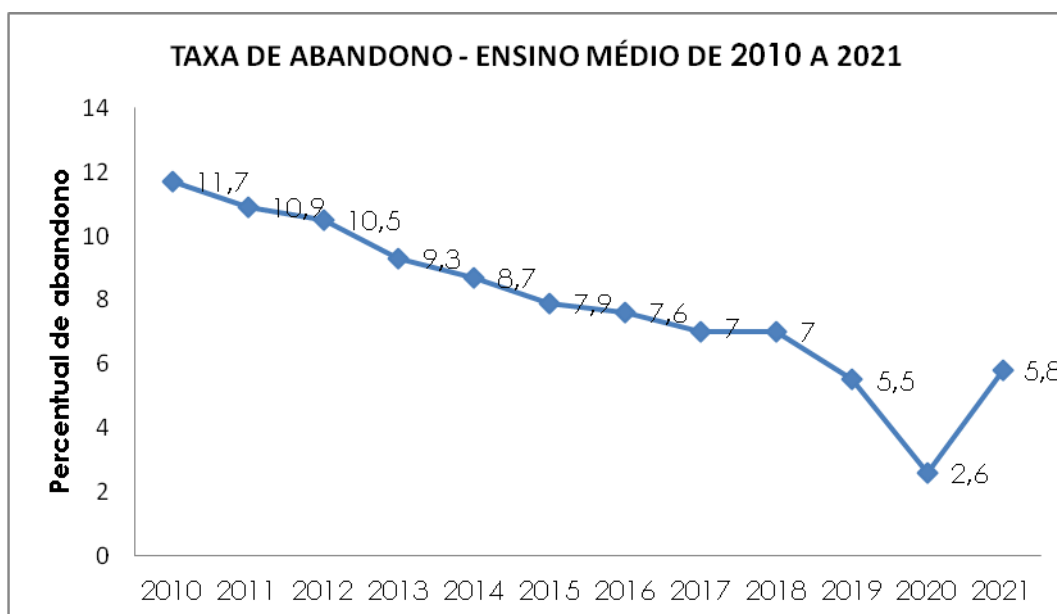


Gráfico 1. Taxa de abandono escolar no ensino médio durante o período de 2010 a 2021  
 Fonte: adaptado do Censo Escolar – INEP.

É de se esperar que do ano de 2020 para 2021 houvesse uma elevação no percentual de abandono, pois foi justamente os períodos mais caóticos vividos pela educação, que teve que conviver com a pandemia e com a falta de recursos tecnológicos para promover o ensino e aprendizagem.

Assim, caso o Novo Ensino Médio não surja efeitos positivos, que realmente atraia o aluno e que gere motivo para que ele permaneça na escola, poderemos ver esta linha distanciando ainda mais do valor alcançado em 2020.

Cardoso e Lima (2018) acreditam que o Novo Ensino Médio, não tem nada de novo, uma vez que sua proposta de implementação irá aprofundar a divisão entre os alunos que terão um ensino médio propedêutico e aqueles que frequentarão cursos técnicos de baixa qualidade, ou que optarão por itinerários formativos impostos pelo sistema ou escolas, da mesma forma que ocorreu na reforma de 1971 com a Lei 5.692.

Aqui, os problemas retornam novamente para o educador, que na maioria das vezes é refém da sua prática educacional fragmentada pela exacerbada carga horária e falta de formação continuada para ministrar aulas nos itinerários formativos. Deve-se destacar ainda que os itinerários formativos não podem ser trabalhados da mesma forma que as aulas exclusivas das disciplinas. Embora eles representem as áreas de conhecimento, seus objetos de ensino são diferentes, e precisam ser mais interativos. Cássio e Catelli Jr. (2019) classifica como uma política de centralização curricular que se tornou o epicentro das políticas

educacionais, controlando o trabalho docente, visto que a BNCC direciona o professor a abordar assuntos que serão foco das avaliações. Neste mecanismo torna-se uma lacuna, pois os itinerários formativos serão na maioria das vezes direcionada a um grande tema, que aborda apenas partes dos objetos de ensino.

Os itinerários formativos de acordo com cada estado serão constituídos de nove a dez aulas semanais, sendo que parte destas serão de forma remota. E para as escolas regulares, os alunos poderão escolher apenas um itinerário de aprofundamento na intenção de que este contribua com a formação e ampliação dos conhecimentos para a formação.

Porem, deixamos claro que afirmar que o estudante poderá escolher o itinerário com o qual possui maior afinidade, parece ganhar o tom de um canto de sereia, pois, na verdade, será o sistema de ensino que irá definir sobre as opções a serem ofertadas, dentre as quais os estudantes poderão fazer suas escolhas, pois as opções resultarão de vários fatores, tais como disponibilidade de professor, condições físicas das instituições bem como interesse das instituições públicas (FERREIRA; RAMOS, 2018).

Em tese, a escola buscará criar condições de espaço e tempo de diálogo com os estudantes, mostrando suas possibilidades de escolha, avaliando seus interesses e, conseqüentemente, orientando-os nessas escolas, de modo que os alunos escolham as opções de acordo com seus anseios e aptidões (BRASIL, 2022).

Mas como ele construirá seu projeto de vida em um país onde a desigualdade social é gigantesca. O contexto da desigualdade social no Brasil é resultado de um processo histórico de exclusão dos direitos sociais, permeando pela manutenção de condições de vida precárias do povo, tendo como expressão a miséria e a pobreza (MELLO; MOLL, 2019).

Devemos lembrar que a pobreza é um processo resultante entre outras coisas de uma estrutura de desigualdades sociais historicamente presente na realidade brasileira, o que nos remete a nossa trajetória de construção da civilidade, da cidadania, da economia nacional, das relações de poder, enquanto responsabilidades legais e institucionais que resultaram nas atuais relações sociais e de trabalho, no trato com o que é coletivo, na capacidade de mobilização e luta da população, nas diferenças sociais, na cultura política que temos na ausência de políticas públicas decentes, enfim em diversos fatores e situações que vivenciamos (GODINHO, 2011).

Assim, as políticas públicas em educação devem ter esse compromisso com a dimensão ampla e fundamental do humano, de estabelecer diretrizes para que a contribuição

social da escola pública seja efetivada, sem excluir ninguém. Significa garantir o direito à educação como possibilidade de construção da condição humana, da inteligência, de uma existência humanizada e da justiça social (MELLO; MOLL, 2019).

Ainda argumentado sobre os itinerários formativos, não se sabe exatamente quais serão os conteúdos presentes nestas áreas, e quais impactos eles trarão ao aluno em nível global. Como o Exame Nacional do Ensino Médio irá alcançar todos estados, se ainda não foi estabelecido como estes itinerários serão trabalhados nas escolas. Como eles poderão impactar homogeneamente em todas as regiões, se elas possuem particularidades próprias.

Dentre outros fatores podemos destacar como ponto positivo o Art. 26., em especial o parágrafo 16, que permitirá ao aluno do ensino médio solicitar o aproveitamento de créditos nas universidades. Por fim, não podemos de indagar sobre como a educação especial ou inclusiva será assistida no NEM. A única menção que é realizada, sem ser o ensino regular e o Ensino de Jovens e Adultos, é a indígena (ART. 35-A § 3º) em relação ao ensino de Língua Portuguesa, onde o NEM permite o ensino das Línguas Maternas em comunidade indígenas (LEAL; DE MEIRELLES, 2021).

Notamos que não é fácil estabelecer um modelo de ensino em um país com diversas particularidades, com tantas desigualdades e conseqüentemente morosidades nos processos relativos à melhoria da população como um todo.

### **Considerações Finais**

O esboço deste trabalho articula a conjectura do Novo Ensino Médio sob a ótica do Ministério da Educação, demonstrando como a escrita do documento é rica no sentido de uma educação ideal, e trouxe também como a sociedade, especialmente a mais carente sofrerá com a implantação deste modelo. Basta pensar como as escolas periféricas e rurais serão beneficiadas com este sistema. E como a formação técnica e tecnológica será fornecida se no momento atual as escolas estão com dificuldades para preencher o quadro de professores.

Em termos estatísticos ainda é cedo para apontar os retrocessos, mas a partir de cenários anteriores podemos descrever como o NEM vai impactar na vida do estudante. Ficou claro também que a preocupação é em fornecer aos jovens uma nova perspectiva de ensino, baseada na formação profissional, no entanto, esqueceram da necessidade de preparar os educadores para atender a estas demandas.

Ressaltamos também que algumas mudanças neste ensino ainda não estão bem definidas, uma delas pode ser no § 16, do Art. 26, que traz a seguinte definição:

§ 16. Os conteúdos cursados durante o ensino médio poderão ser convalidados para aproveitamento de créditos no ensino superior, após normatização do Conselho Nacional de Educação e homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

É uma situação interessante, porém sem definição de como o aluno solicitará tal convalidação e quais critérios as instituições de ensino superiores irão proceder à frente esta situação. Embora o cerne da discussão seja os desafios que a escola terá com o NEM, destacamos também algumas evoluções, como a possibilidade do aluno acelerar os estudos no ensino superior, por meio de convalidação de disciplinas escolhidas durante o ensino médio, conforme citado no parágrafo § 16., art 26.

Por fim, ressaltamos que muitos estudos ainda deverão ser realizados acerca do Novo Ensino Médio à medida que o mesmo se consolide, pois assim, teremos resultados que poderão ser utilizados como os indicadores de algo promissor ou com um retrocesso da educação brasileira.

## **Referências**

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) > Acesso em: 16 de out de 2022.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. NO . 5692 de 11 de Agosto de 1971.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394 Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746impresao.htm) Acesso em: 5 de outubro de 2022.

BRASIL, Ministério da Educação – Legislação Educacional. Disponível em [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br). Acesso em: 12 de outubro de 2022.



BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. Governo lança Novo Ensino Médio, com Escolas em Tempo Integral e nova proposta curricular. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=39571:proposta-preveflexibilizacao-e-r-1-5-bilhao-em-investimentos-em-escolas-de-tempo-integral> Acesso em: 26 de setembro de 2022.

FERREIRA, E. C. da S. .; OLIVEIRA, N. M. de . EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: causas e consequências . **Scientia Generalis**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 39–48, 2020. Disponível em: <http://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/v1n2a4>. Acesso em: 21 dez. 2022.

FERREIRA, Rosilda Arruda; RAMOS, Luiza Olívia Lacerda. O projeto da MP nº 746: entre o discurso e o percurso de um novo ensino médio. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, p. 1176-1196, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/TPGH7pYhJz8FGn9ZCNzKsCq/?format=pdf&lang=pt>. **Acessado em: 22 dez.2022**

GODINHO, Isabel Cavalcante. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais. In: **Conferência do Desenvolvimento Nacional**. 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf> acesso: 22 dez.2022

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. Modelo Pedagógico: Instrumentos e rotinas. 1ª ed. Recife – PE . 2015. 51 p.

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. Modelo Pedagógico: Metodologias de Êxito da Parte Diversificada do Currículo Componentes Curriculares Ensino Médio. 1ª ed. Recife – PE . 2015. 35 p.

JOHANN, C. C. Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

KUEZER, Acacia Zeneida. **O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito**. Educação & Sociedade. Campinas, v. 21, n. 70, p 15-39, Abr. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302000000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302000000100003&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 02 out. 2022

LEAL, Cristianni Antunes; DE MEIRELLES, Rosane Moreira Silva. Análise do itinerário formativo ‘Ciências da Natureza e suas Tecnologias’ no Novo Ensino Médio. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV155\\_MD1\\_SA111\\_ID351\\_25072021141238.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV155_MD1_SA111_ID351_25072021141238.pdf) acesso: 22 dez.2022

MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. Estrutura e funcionamento da educação básica. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 401 p.

MELO, Letícia Cavalieri Beiser de; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. **Sentido do Ensino Médio para estudantes de escolas públicas estaduais**. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 23, e177542, 2019. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141385572019000100303&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572019000100303&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 out. 2022

NAÇÕES UNIDAS (UNITED NATIONS). Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *World Population Prospects 2019*, Online Edition. Rev. 1.

NEY, Antonio. *Política Educacional: Organização e Estrutura da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Wak, 2008. 210 p.

PIFFERO, E. de LF.; COELHO, CP; SOARES, RG.; ROEHRS, R. Metodologias ativas e ensino remoto de biologia: uso de recursos online para aulas síncronas e assíncronas.

**Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 9, n. 10, pág. e719108465, 2020.

DOI: 10.33448/rsd-v9i10.8465. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8465>. Acesso em: 28 de agos. 2022.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. 474 p. – (Coleção memória da educação)

SELLES, S.L.E.; DE OLIVEIRA, A.C.P. Ameaças à Disciplina Escolar Biologia no “Novo” Ensino Médio (NEM): Atravessamentos Entre BNCC e BNC-Formação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. e40802-34, 2022. Disponível em:

[https://scholar.google.com.br/scholar?as\\_ylo=2022&q=interdisciplinaridade+e+novo+ensino+m%C3%A9dio&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?as_ylo=2022&q=interdisciplinaridade+e+novo+ensino+m%C3%A9dio&hl=pt-BR&as_sdt=0,5) acesso em: 18 dez.2022

SILVA, K. C.; BOUTIN, A. C. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação**, [S. l.], v. 43, n. 3, p. 521–534, 2018.

DOI: 10.5902/1984644430458. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/30458>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SOUZA, A. R. Práticas de ensino contextualizadas: uma ferramenta pedagógica eficiente e eficaz. In: IX Encontro ANPAE-ES, 2017. Disponível em:

<https://eventos.ufes.br/EEPAAE/IX-anpae-es/paper/view/2410> Acesso em: 12 mai 2022.

**Recebido: Janeiro/2023.**

**Publicado: julho/2023.**